

Alfabetizar e Politizar. Angicos, 50 anos depois

Literacy and Politics. Angicos, after 50 years

Moacir Gadotti

e-mail: gadotti@paulofreire.org

Diretor do Instituto Paulo Freire – Brasil / Universidade de São Paulo. Brasil

Resumo: Este trabalho não se foca na figura de Paulo Freire no contexto da América Latina ou da pedagogia internacional. O artigo apresenta uma síntese da experiência política de alfabetização desenvolvida por Freire em Angicos (Brasil) e questiona o que Freire aprendeu com ela. Diversas perguntas são desenvolvidas neste trabalho: como Freire conseguiu consolidar seu modelo de ensino como uma ciência social baseado na hermenêutica crítica? Como o pensamento de Freire evoluiu de uma teoria da reprodução social e cultural, olhando em particular para o papel da educação? E, como logo Freire desenvolveu uma psicologia crítica e social para analisar a dominação e o desenvolvimento do sujeito pedagógico? Freire tendo sido inspirado pela extraordinária experiência política e pedagógica de Angicos e pela sua prática política pedagógica, entendeu a praxis como uma aprendizagem coletiva. Nas conclusões, o autor analisa duas das maiores obsessões de Freire: a relação entre a democracia, cidadania e educação e a educação e a educação como ato ético postcolonial de transformação social.

Palavras chave: alfabetização; experiência de Angicos; educação de adultos; Paulo Freire; América Latina.

Abstract: This paper doesn't attempt to situate the figure of Paulo Freire in the context of Latin America or international pedagogy. In this paper, the author presents a synthesis of the Angicos (Braisl) political literacy experience, asking what Freire learned from the Angicos experience. The following questions are developed in the paper: How Freire consolidated his pedagogical model through a social science based on a critical hermeneutics? How his thinking evolved into a theory of social and cultural reproduction, looking particularly to the role o education? And, how then Freire moved into a critical social psychology focusing on domination and the developmental pedagogical subject? Freire was inspired by the profound political and pedagogical experience of Angicos and his political pedagogical practice, understood praxis as collective learning. At the conclusion, the author discusses the two obsessions of Freire, already present in the Angicos experience and that stay with him throughout his life: the relationship between democracy, citizenship and education, and education as a postcolonial ethical act of social transformation.

Key words: literacy; Angicos' experience; adult learning; Paulo Freire; Latin America.

Recibido / Received: 30/04/2013

Aceptado / Accepted: 18/09/2013

Em 1993, dia 28 de agosto, acompanhei Paulo Freire a Angicos (RN), trinta anos depois de ele realizar a experiência que o notabilizou no mundo. Ele dizia que aquela era uma viagem sentimental. De fato, Paulo estava muito debilitado naquele ano e, emocionalmente, ele estava reencontrando sonhos, pessoas, lugares de um grande projeto que marcou sua vida. Era. Rever antigos alunos e monitores do seu projeto de alfabetização de adultos o emocionou muito.

Compareceram ex-alunos, oito dos 21 monitores - entre eles Marcos Guerra e Carlos Lyra - educadores e autoridades, na mesma sala onde eles se reuniram, em 1963, com o Presidente João Goulart, para a formatura de 300 alunos alfabetizados, na Escola José Rufino. Naquela data, ao receber o título de cidadão de Angicos, declarou: «Em nenhum lugar do mundo onde estive fiquei mais tocado do que aqui e agora». Lá estava Antônio Ferreira, com 81 anos, que, em 1963, ficou famoso porque fez um discurso ao presidente João Goulart. Ele falou que não pôde continuar estudando porque trabalhava na roça. Lembrou da sua monitora Valdenice, de Natal, na época estudante de Letras, e de com o curso havia mudado sua vida. Outro ex-aluno, Severino, contou que sua filha Neide, de 6 anos, havia se alfabetizado junto como ele, e hoje, com 36 anos, era professora de escola pública.

Neste **reencontro**, alguns ex-alunos perguntaram por que Paulo Freire foi preso e por que a experiência não continuou. Ele explicou que aquele processo de democratização do país havia sido interrompido por um golpe militar em que muitos, como ele, haviam perdido sua liberdade, que teve que partir para o **exílio** e não pode dar continuidade a seu programa nacional de alfabetização. Ex-alunos disseram que haviam ido a Natal procurar seus professores e que, na Secretaria, disseram para «não falar mais naquele assunto».

Um dos grandes intérpretes da obra de Freire, Carlos Alberto Torres, também nos acompanhou a Angicos. Ele foi o primeiro crítico das obras de Paulo Freire (Torres, 1975). Em 2012, ele procurou o Instituto Paulo Freire, em São Paulo, chamando a atenção para a importância de celebrar os 50 anos daquela significativa experiência. Argumentou que o projeto político-pedagógico de Paulo Freire fora fundamentalmente um repensar sobre a missão do «público» e da educação pública como uma contribuição para a constituição da democracia e da cidadania. Carlos Alberto Torres foi enfático ao afirmar que a proposta freiriana torna-se hoje ainda mais importante diante do embate do neoliberalismo e de seu esforço para transformar a educação de direito em serviço, chegando ao limite da mercantilização da educação pública (Torres, 2012). Angicos não é apenas um símbolo da luta contra o analfabetismo no Brasil; é um marco em favor da universalização da educação em todos os graus, superando a visão elitista.

Considerando, dentre tantas outras razões, os tempos em que vivemos: de ameaça mundial à educação como direito; de, em nosso país, ser urgente e ne-

cessário resgatar a história e tornar públicas as violações de direitos humanos na época da ditadura (que não se restringiram a prisões, tortura, morte e exílio de muitas pessoas, mas significaram negação de muitos outros direitos à população brasileira, como o que representou a interrupção do Programa de Alfabetização); e considerando, ainda, a nova história que se constrói no norte e nordeste de nosso país e, também, que, em 2012, Paulo Freire foi declarado **patrono da educação brasileira**¹, enfim, por tudo que significou Angicos e pelo que vive atualmente nosso país, tão bem apreendido e destacado pelo sociólogo Carlos Alberto Torres, aquele projeto não pode ser esquecido.

O que foi Angicos

A história de Angicos tem importantes **antecedentes**. Já nos anos 50 do século passado, Paulo Freire percebeu que os métodos utilizados na alfabetização de adultos eram os mesmos utilizados para alfabetizar crianças. Com a experiência que já havia tido, trabalhando no SESI, em Recife, via que isso era pedagogicamente inadequado, além de humilhar os alfabetizandos.

Em julho de 1958, Paulo Freire apresentava as bases teóricas de seu sistema de alfabetização de adultos no *II Congresso Nacional de Educação de Adultos*, realizado no Rio de Janeiro, como coordenador do relatório do grupo de trabalho sobre «A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos». Este relatório «é o germe de toda a literatura ético-político-crítica de Paulo da educação para a transformação» (Freire, 2006, p. 126). Essas ideias seriam retomadas no ano seguinte quando apresentou sua tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas-Artes de Pernambuco, com o título *Educação e atualidade brasileira*. Trata-se da «primeira elaboração sistemática» do seu pensamento cujos «eixos e categorias iriam perpassar toda a sua obra» (Romão, 2001, p. XIII).

Os anos que precederam a experiência de Angicos foram muito favoráveis à sua realização. Havia um contexto de mobilização popular em todo o nordeste brasileiro. Em 1960, na gestão do recém-empossado prefeito Miguel Arraes, foi criado o Movimento de Cultura Popular (MCP), em Recife, com 90 sócios fundadores, tendo Germano Coelho como um dos seus idealizadores e Paulo Freire como um de seus membros mais atuantes. Os ideais do MCP espalharam-se rapidamente por diversos Estados do Nordeste. O MCP associava a cultura popular à luta política, conscientizando as massas e alfabetizando por meio de círculos de cultura. O MCP de Recife sediou a primeira experiência do Sistema Paulo Freire, no Centro Dona Olegarina, em 1962, e o I Encontro Nacional de

¹ Paulo Freire tornou-se Patrono da Educação Brasileira pela Lei n.º 12.612, de 13 de abril de 2012, sancionada pela Presidenta Dilma Roussef, a partir de proposta da Deputada Luiza Erundina que, na Prefeitura de São Paulo, teve Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação. O legado do educador pernambucano passa a ser o *ethos* de toda a educação brasileira.

Alfabetização e Cultura Popular, promovido pelo MEC, em 1963²: «eram tempos em que educação popular e ação política passaram a estar indissolivelmente associadas nos corações e mentes dos que adquiriram consciência política no período» (Paiva, 2003, p. 8).

No ano seguinte, 1961, **várias iniciativas** faziam parte deste contexto favorável à uma alfabetização de adultos cidadã. Em primeiro lugar o lançamento, pelo Secretário da Educação de Natal (RN), Moacyr de Góes, da Campanha *De pé no chão também se aprende a ler* na gestão do Prefeito Djalma Maranhão, entendendo a educação e a cultura como instrumentos de libertação. Neste mesmo ano, a Igreja Católica funda o *Movimento de Educação de Base* (MEB), uma parceria entre o Governo Federal (Decreto 50.370/61) e a CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil) para contribuir no processo de alfabetização de adultos, utilizando a rede de emissoras católicas, promovendo a valorização do ser humano e o desenvolvimento das comunidades. Ainda em 1961, a União Nacional dos Estudantes (UNE) cria o *Centro Popular de Cultura* (CPC) abrindo caminho para a politização das questões sociais. Seu objetivo era criar e divulgar uma arte popular revolucionária, defendendo o engajamento político do artista para superar a alienação e a consciência ingênua das massas. Para isso promovia a encenação de peças de teatro críticas em portas de fábricas, nas ruas e em sindicatos.

Um ano antes de Angicos, em 1962, Paulo Freire e a equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife assessoram a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), criada em João Pessoa por estudantes universitários e profissionais recém-formados para a alfabetização de adultos. Em Angicos, Paulo Freire manteve essa proposta de utilizar estudantes universitários como alfabetizadores.

A experiência de Angicos nasce de um convite feito, em 1962, por Calazans Fernandes, Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte e coordenador do Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (SECERN). Calazar Fernandes e Maria José Monteiro, ex-aluna de pedagogia de Paulo Freire, reuniram-se com ele no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife para falar sobre o projeto de Angicos. Paulo Freire aceitou o convite com **duas condições**: autonomia para contratar os coordenadores e alfabetizadores e não interferência político-pedagógica e ideológica (Paulo Freire temia que o fato dos recursos virem da *Aliança para o Progresso* pudesse interferir no seu trabalho).

Paulo convidou Marcos Guerra, estudante de Direito e presidente da União Estadual dos Estudantes, para formar a primeira equipe de alfabetizadores

² Esse encontro foi um marco na história dos movimentos de cultura e educação popular, legitimando «uma nova compreensão do conceito e importância da educação de jovens e adultos, que passou a ser vista como pré-condição para a participação plena de todos os indivíduos na vida nacional» (Vincent Defourny. In: Soares & Fávero, 2009, p. 11). Esse encontro influenciou as diretrizes do Programa Nacional de Alfabetização elaborado por Paulo Freire em 1963 e lançado em janeiro de 1964.

(monitores) para o **Programa de Alfabetização de Angicos**, uma parceria entre o SECERN e o SEC/UR (Serviço de extensão Cultural da Universidade do Recife) do qual Paulo Freire era Diretor. O trabalho se iniciou em dezembro daquele ano com o levantamento do número de analfabetos de Angicos e com a pesquisa do «universo vocabular» (palavras e temas geradores). Com a colaboração da educadora Elza Freire, esposa de Paulo Freire, foram selecionados 21 coordenadores (alfabetizadores) dos Círculos de Cultura, entre eles Madalena Freire, filha de Paulo Freire, então com 17 anos, e os coordenadores Marcos Guerra e Carlos Lyra. A intenção da Direção Executiva do Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (SECERN) era alfabetizar, até 1965, «100 mil adultos e adolescentes» (SECERN, 1963a, p. 1).

O projeto foi lançado dia **18 de janeiro de 1963** com a aula inaugural de Paulo Freire, na presença de Aluísio Alves, governador do Estado. 380 moradores de Angicos começam a sua alfabetização. No dia 24 de Janeiro foi dada a primeira aula regular do projeto sobre o tema: «Conceito antropológico de cultura», iniciando a primeira das «Quarenta horas de Angicos». Na primeira aula de alfabetização foi utilizada a palavra geradora «belota»³. As aulas eram dadas ao mesmo tempo em que aconteciam as reuniões de formação continuada dos coordenadores dos Círculos de Cultura, refletindo sobre a sua prática.

O primeiro **curso de formação** dos monitores de Angicos, oferecido pelo Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, incluiu 10 aulas com os seguintes temas e respectivos professores (Fernandez & Terra, 1994:151-152): *Atualidade brasileira* (Roberto Cavalcanti de Albuquerque); *Economia brasileira* (Luz Costa Lima); *Planificação de desenvolvimento* (Roberto Cavalcanti de Albuquerque); *Processo de desalienação* (Luiz Costa Lima); *Deficiência e inorganicidade da educação no Brasil* (Paulo Freire); *Considerações gerais sobre o método: análise e síntese* (Aurenice Cardoso Costa); *Elaboração do material audiovisual, pesquisa vocabular, seleção das palavras geradores e preparo de fichas* (Paulo Freire); *Prática e metodologia de ensino* (Paulo Freire e Aurenice Cardoso Costa).

Paulo Freire, em suas aulas preparatórias, insistia que o sistema educacional brasileiro precisava ser mais «orgânico», isto é, que não só funcionasse bem com ele mesmo, mas que travasse uma relação estreita entre este sistema e a realidade. Ele insistia que essa organicidade se traduzia pela Leitura do Mundo, isto é, pela maior sensibilidade em relação aos problemas da vida cotidiana. Numa fala gravada dessas aulas, Paulo Freire, em Natal, em janeiro de 1963, durante o curso de formação de coordenadores de Angicos, afirma que «está provado que as pessoas aprendem a ler e escrever com mais facilidade, na medida em que o seu aprendizado se fundamenta na sua própria experiência existencial. Nesse sentido,

³ Belota era «uma corruptela local da palavra borlota e designava um enfeite usado em redes e nos rebenques de couro, muito comuns na região» (Beisiegel, 2010, p. 51).

aliás, há um trabalho, hoje já comprovado, realizado por educadores franceses na África⁴, que está sendo feito também em Pernambuco, que é alfabetizar-se através da experiência profissional do grupo analfabeto. No trabalho que nós estamos realizando, eu ampliei um pouco, logo depois que tomei conhecimento dessa experiência francesa. No nosso caso, estamos aproveitando, tanto quanto possível, uma faixa grande da experiência existencial do grupo que vai ser alfabetizado» (Paulo Freire. In: Fernandez & Terra, 1994, p. 5).

A primeira turma da experiência de Angicos concluiu o curso no dia **2 de abril de 1963** com a cerimônia de entrega de certificados aos que haviam se alfabetizado (300)⁵ com a presença do presidente da República João Goulart e de vários governadores do Nordeste e de representantes da *Aliança para o Progresso*, na qual também falou Aluísio Alves, Paulo Freire e o aluno alfabetizado Antonio Ferreira. A aluna mais idosa, Maria Hermínia, entregou cartas escritas pelos participantes do curso ao presidente. Assim se formava a primeira turma de Angicos. No discurso que Paulo Freire fez, enfatizou os princípios científicos e filosóficos do seu método, propondo uma educação que «conscientize o povo brasileiro» (Freire, 1963, p. 1) e supere a compreensão predominantemente mágica», por uma «visão crítica do saber» (Idem, p. 2). Explicou aos presentes, referindo-se vários vezes ao presidente João Goulart, os passos de sua metodologia que impulsionava os alfabetizandos a serem «sujeitos da sua própria história» (idem, p. 4)⁶.

Mais do que uma experiência bem sucedida de alfabetização de adultos, Angicos formava para a cidadania ativa, pensando numa mudança radical da sociedade brasileira, transformando «massa» amorfa em «povo» participante. É isso que nos revela um trecho da fala do aluno alfabetizado Antonio Ferreira, representando a turma no encerramento do curso de alfabetização em Angicos, dirigindo-se ao Presidente da República João Goulart: «naquele momento anterior veio o Presidente Getúlio Vargas, matar a fome do pessoal, a fome da barriga que é uma fome fácil de curar. Agora, na época atual, veio o nosso Presidente João Goulart matar a precisão da cabeça que o pessoal todo tem necessidade de aprender. Temos muita necessidade das coisas que nós não sabia, e que hoje estou sabendo. Em outra hora nós era massa, hoje não somos massa, estamos sendo povo».

Esse era também o desejo não só de Paulo Freire, mas, igualmente, do Presidente da República João Goulart: «desejo que centenas destes cursos se espalhem pelo território brasileiro, para que, num futuro próximo, todos os nossos patrícios, todas

⁴ Paulo Freire referia-se aqui a uma experiência de alfabetização de adultos com ajuda audiovisual realizada por um padre haitiano na África difundida em revista da Unesco (Fernandez & Terra, 1994, p. 70).

⁵ Dos 380 inscritos no início, 300 participantes foram considerados alfabetizados, com 70% de aproveitamento no «Teste de Alfabetização» e 87% no «Teste de politização» (Lyra, 1996, p. 171).

⁶ Nessa ocasião, foi notada a presença do General Humberto de Alencar Castelo Branco, fardado, comandante da Região Militar no Recife, que, ao final da aula, teria dito a Calazans Fernandes: «Meu jovem, você está engordando cascavéis nesses sertões» (Fernandes & Terra, 1994, p. 18).

as nossas patrícias e, especialmente, os que estão mais à margem da civilização, aqueles que vivem mais longe e são mais pobres, possam também receber este benefício mínimo, que é o direito, também, de participar e de se integrar na vida da Nação (...). Este povo, quando tomar conhecimento das letras e depois delas das leis da nossa Pátria, há de se integrar ao País, na luta extraordinária que todos juntos devemos realizar pela emancipação econômica da nossa Pátria, para que não se assista espetáculos de tanto contraste social e de tanta miséria em tantas regiões da nossa Pátria» (João Goulart. In: SECERN, 1963, pp. 19-20).

A Revista *Estudos Universitários* da Universidade do Recife (nº 4, Abril/Junho 1963) publicou os primeiros estudos sobre o «Sistema Paulo Freire» com ensaios de Jarbas Maciel, Jomar Muniz de Britto, Aurenice Cardoso, um artigo de Pierre Furter e outro de Paulo Freire sobre «Conscientização e alfabetização» onde ele rebate críticas da imprensa conservadora que o acusavam de confundir alfabetização com politização. Coincidência ou não, logo após a formação da primeira turma de alfabetizandos, a cidade de Angicos teria sua primeira greve. Os proprietários rurais chamam a experiência de Paulo Freire de «praga comunista» (Fernandes & Terra, 1994, p. 126).

A experiência de Angicos **repercutiu** nacional e internacionalmente. Para Angicos, deslocaram-se representantes de vários jornais, tais como: *Time Magazine*, *Herald Tribune*, *Sunday Times*, *United e Associated Press* e *Le Monde*. O jornal *The New York Times* deu destaque à experiência de Angicos com uma longa reportagem. Ao término da experiência, Luiz Lobo lançou o filme «As quarenta horas de Angicos», uma produção do Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte» (SECERN), mostrando a experiência de Angicos como uma «primeira fase» do programa de alfabetização, por meio de um «método simples, claro e eficiente» que, «matando a fome da cabeça» e «transformando Angicos numa comunidade forte, consciente e empreendedora», forma pessoas para «contribuir com as magnas decisões da Pátria»⁷.

Muitos anos depois, o educador norte-americano Andrew Kirkendall (2010), diria que, naquela época, a eliminação do analfabetismo era uma questão política central do período da Guerra Fria no chamado «Terceiro Mundo». Paulo Freire desempenhou um papel político importante neste contexto, percebido logo pelos militares que assumiram o poder pelo golpe de 1964. Ele politizava a alfabetização, transformando o analfabeto em cidadão, capaz de votar e escolher melhor seus governantes. Paulo Freire tinha clareza que não bastava transformar o analfabeto em eleitor para construir a democracia. Para ele, «uma educação deve preparar, ao mesmo tempo, para um juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar possibilidades de escolher o próprio caminho» (Freire, 1980, p.

⁷ Documentos sobre a experiência de Paulo Freire em Angicos podem ser encontrados no acervo do Centro de Referência Paulo Freire (acervo.paulofreire.org).

20). Em síntese, o livro de Andrew Kirkendall sustenta que Paulo Freire foi mais uma vítima da Guerra Fria.

O Programa Nacional de Alfabetização

O presidente João Goulart viu, na experiência de Angicos, a possibilidade de tirar milhões de brasileiros da miséria e incluí-los na cidadania. Em junho de 1963 Paulo de Tarso Santos, assume o Ministério da Educação. Darcy Ribeiro, seu antecessor, recomenda chamar a Brasília Paulo Freire para conceber um programa nacional de alfabetização baseado no experimento de Angicos. Em 16 de julho, a Portaria Ministerial 195 instituiu, junto ao Gabinete do Ministro da Educação, a *Comissão de Cultura Popular* «com o objetivo de implantar, em âmbito nacional, novos sistemas educacionais de cunho eminentemente popular, de modo a abranger áreas ainda não atingidas pelos benefícios da educação». Paulo Freire é nomeado presidente desta Comissão. Sua primeira tarefa foi fazer um levantamento nacional do número de analfabetos para subsidiar o futuro *Programa Nacional de Alfabetização*. O número de analfabetos de 15 a 45 anos, em setembro de 1963, era de 20.442.000.

Celso de Rui Beisiegel, docente do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo, visitou a experiência de alfabetização de adultos de Angicos, observando o funcionamento dos Círculos de Cultura para realizar experiência com o mesmo método no município paulista de Osasco. A visita de Celso Beisiegel a Angicos, juntamente com Walter Esteves Garcia e Luiz Pereira, foi para conhecer de perto o trabalho que estava sendo realizado. A experiência de Vila Helena Maria (Osasco) foi uma iniciativa dos estudantes da Ação Popular (AP), que lideravam a União Estadual de Estudantes (UEE), que contataram diretamente Paulo Freire (Beisiegel, 1974, pp. 171-172).

A experiência de Angicos foi levada também para outras cidades: Quintas, Mossoró, Caicó, Macau, Osasco, Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Aracaju, Porto Alegre e outras, como «projeto-piloto» do *Programa Nacional de Alfabetização* (PNA). Em 1963, Paulo Freire percorreu o país estruturando o *Programa Nacional de Alfabetização* que seria iniciado oficialmente na Baixada Fluminense, no antigo Estado do Rio de Janeiro e, em Sergipe, no início de 1964. Antes mesmo do decreto de criação do PNA, o Sistema Paulo Freire de Alfabetização já estava sendo aplicado em várias capitais e na zona rural de Alagoas, pela *Campanha de Educação Popular da Paraíba* (Ceplar).

Essa movimentação não passou despercebida. A oposição política ao governo popular de João Goulart se confundia com as críticas a Paulo Freire e ao seu método: «as críticas ao método de Paulo Freire e ao Programa Nacional de Alfabetização foram particularmente acentuadas no Estado da Guanabara. Vários fatores contribuíram para que isto ocorresse: aí se confrontavam diretamente

posições extremas no espectro das lutas políticas no campo da educação, bem representadas, num dos polos, pelo governo Lacerda e, no outro, pela direção nacional da UNE» (Beisiegel, 1982, p. 249). A passagem de Paulo Freire por São Paulo também não ficou sem reação de seus opositores. O jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 8 de dezembro de 1963 publicou um editorial com o título «Alfabetizar ou politizar?» em que ataca o Plano Nacional de Alfabetização. Em outro editorial, de 21 de dezembro, este jornal ataca diretamente a Paulo Freire, com um título que diz tudo: «Método nazista»⁸.

Em meio a essas críticas, João Goulart, por meio do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, instituiu o *Programa Nacional de Alfabetização* consagrando o «Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido»⁹. O *Programa Nacional de Alfabetização* previa a «cooperação e os serviços» de «agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis»¹⁰.

Desde o início, em seus primeiros escritos e na sua práxis político-pedagógica, Paulo Freire preconizava a necessidade da participação popular na luta contra o analfabetismo. O programa previa a criação de 60.870 Círculos de Cultura, cada um com a duração de três meses, em todas as unidades da federação, para alfabetizar, em 1964, 1.834.200 analfabetos na faixa de 15 a 45 anos. A sua implantação efetivar-se-ia por meio de projetos-piloto na região Sul, Sudeste e Nordeste. O PNA representava não só um salto qualitativo em relação às campanhas de alfabetização anteriores, mas um momento do processo de construção de um novo projeto de poder e de desenvolvimento nacional. É certo que, como afirma Sílvia Manfredi (1981, p. 14), «a adoção do Sistema Paulo Freire

⁸ Esses editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* não tiveram resposta na época. 50 anos depois, talvez, possamos responder. Sim, é **preciso alfabetizar e politizar**, formar para a cidadania. Paulo Freire afirmava frequentemente: «sou educador para ser substantivamente político». Hoje se fala muito pouco de política nas escolas: virou tabu, heresia pedagógica. Muitas escolas até sabem o que querem, mas não são escutadas. Por isso, muitas delas, não se perguntam porque educar; não sabem que país querem e não sabem de que educação precisam para o país que desejam. São escolas que, na sua maioria, não formam para a cidadania ativa. Tinha razão Paulo Freire (1991, p. 16): «não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. (...) A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade (...) um centro de debate de ideias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser».

⁹ Segundo Vanilda Paiva (2003, p. 475, nota 147), «o mesmo decreto havia sido assinado no final do ano anterior, sendo extraviado antes da publicação. Foi necessário um novo decreto, assinado e publicado em finais de janeiro de 64, quando a implementação do PNA já havia sido iniciada».

¹⁰ «O PNA, embora prevendo a mobilização de grupos de estudantes e entidades sindicais, não entregava a elas a execução do programa, incumbindo-se dela o próprio Ministério. Tal como antes, previa-se a alfabetização de 5 milhões de adultos num prazo de 2 anos» (Paiva, 2003, p. 284).

de Educação não exprime apenas um intento de renovação dos procedimentos até então adotados com relação à educação de adultos; quando encarada à luz de processos político-ideológicos mais abrangentes, sua institucionalização só pode ser entendida quando analisada em função do conjunto de práticas políticas vinculadas a um modelo de desenvolvimento sócio-econômico específico (nacional-desenvolvimentista) e do estilo populista que caracterizava a relação entre os grupos dominantes, representados no poder, e as ‘massas populares’.

Tudo isso cairia por terra com o golpe civil militar de 1964. Dia 14 de Abril, logo após o golpe de estado, o Decreto nº 53.886, um dia antes do General Castelo Branco assumir o poder, extinguiu o *Programa Nacional de Alfabetização*. Ranieri Mazzilli, presidente em exercício, por meio deste ato, afirma que extinguiu esse Programa considerando a necessidade de «reestruturar o Planejamento para a eliminação do analfabetismo no país» e para «preservar as instituições e tradições de nosso país». O presidente João Goulart havia marcado a inauguração oficial do Programa, simbolicamente, no dia 13 de Maio na praça principal de cidade de Caxias (RJ)¹¹. Nesta mesma data, o MEC, por meio da Portaria 237 «revogava todas as portarias anteriores e divulgava, pela imprensa, um levantamento do material usado na campanha de alfabetização, com o ‘arrolamento de um vasto equipamento fotográfico, avaliado em vários milhões de cruzeiros e publicações de caráter subversivo’ que seriam em seguida expostas à visitação» (Beisiegel, 1974, p. 171).

Depois disso, a história é bem conhecida. Paulo Freire foi preso e passou 70 dias numa cadeia do quartel de Olinda, acusado de «subversivo e ignorante». Detalhe: na prisão, um dos oficiais responsáveis pelo quartel, sabendo que ele era professor, solicitou a Paulo Freire para alfabetizar alguns recrutas. Paulo explicou-lhe que foi exatamente porque queria alfabetizar que fora preso. Alguns de seus alunos também foram presos e passaram por outras dificuldades depois da experiência de Angicos, considerada «subversiva» e mais tarde, também extinta. Em setembro de 1964, Paulo Freire partiu para o exílio. Depois de uma rápida passagem pela Bolívia, não suportando a altitude, em novembro de 1964, embarca para o Chile para trabalhar no *Instituto de Capacitación y Investigación de la Reforma Agrária* (ICIRA) onde permaneceu até 1969. Retorna ao Brasil apenas no final de 1979, e, definitivamente, no ano seguinte.

A experiência de Angicos deu-se num contexto contraditório e conturbado, com a queda de Jânio Quadros, dia 25 de agosto de 1961, seguida das negociações que levariam à posse do seu vice João Goulart dia 7 de setembro (Ferreira, 2011). Ele assinou, no ano seguinte, o «Acordo Brasil-Estados Unidos sobre

¹¹ «Tudo estava sendo preparado para a inauguração oficial do programa, com a abertura de cerca de 300 círculos de cultura nos municípios escolhidos, num grande comício no dia 13 de maio (dia da libertação dos escravos) na praça principal de Caxias, com a presença do Presidente da República» (Paiva, 2003: 285-286).

o Nordeste», no quadro dos propósitos da *Aliança para o Progresso*. Paulo Freire sabia de tudo isso e foi perguntado se achava que era possível, neste contexto, fazer a revolução educacional com que sonhava. Dia 21 de Maio de 1983, em entrevista à TV Universitária de Natal, Paulo Freire afirma: «E uma das exigências que eu fazia era de que as nossas relações se travariam entre Universidade e Secretaria da Educação e não através de nenhum representante da *Aliança para o Progresso*. A minha tese era a seguinte: eu não aceito coisa alguma da *Aliança para o Progresso*, mas não tenho nada contra usar o dinheiro que ela pensa que é dela, mas que não é, porque no fundo o dinheiro da *Aliança para o Progresso* era o dinheiro que voltava ao Brasil, ainda mais em termos de favor, mas o dinheiro nosso, o dinheiro nosso, o dinheiro dessa área subdesenvolvida, que não é subdesenvolvida só porque é explorada, dominada. Então, porque não aproveitar esse dinheiro no retorno, desde que a gente pudesse assegurar o que fazer com ele? A minha posição era essa: se eu tenho autoridade sobre o que se vai fazer no projeto, eu não quero saber se esse dinheiro vem da *Aliança* ou vem do japonês» (In: Lyra, 1996, p. 182).

Significado político-pedagógico de Angicos

Paulo Freire não gostava quando reduziam sua filosofia educacional a uma metodologia de ensino. Numa entrevista concedida, em 1993, a Nilcéa Lemos Pelandré, para a sua tese de doutorado, ele afirma sobre essa questão: «Eu preferiria dizer que não tenho método. O que eu tinha, quando muito jovem, há trinta anos ou quarenta anos, não importa o tempo, era a curiosidade de um lado e o compromisso político do outro, em face dos renegados, dos negados, dos proibidos de ler a palavra, relendo o mundo. O que eu tentei fazer e continuo fazendo hoje, foi ter uma compreensão que eu chamaria de crítica ou de dialética da prática educativa, dentro da qual, necessariamente, há uma certa metodologia, um certo método, que eu prefiro dizer que é um método de conhecer, e não um método de ensinar» (Pelandré, 2002, p. 54-55). Como afirma Vanilda Paiva, «não era uma simples técnica neutra mas todo um sistema coerente e no qual a teoria informava a prática pedagógica e os seus meios» (Paiva, 2003, p. 279).

Para Paulo Freire, mais importante do que saber como ensinar é saber como o aluno aprende. Paulo Freire construiu um **método de conhecimento** e não um método de ensino. Por isso criou, desde seus primeiros escritos, o neologismo «Dodiscência» (Freire, 1997), docência+discência, para designar a relação dialógica entre o ato de ensinar e de aprender: «não há docência sem discência» (*id.*, *ib.*, p. 23); «quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender» (*ib.*, *ib.*, p. 25), um não é objeto do outro. Numa perspectiva emancipatória, não é possível ensinar e aprender sem o diálogo, sem uma comunicação dialógica.

Desde o início, entretanto, seus colaboradores falavam de «Sistema Paulo Freire» e de «Método Paulo Freire»¹² e foi assim que ele ficou conhecido¹³: «este método dispensa o uso de cartilha. Começa com uma pesquisa junto ao grupo que se pretende alfabetizar, quando é feita a coleta de um universo vocabular que corresponda a situações sociológicas existenciais do grupo. Esse universo tem, em média, 400 palavras. A coleta é feita através de conversas informais, explicando aos futuros alunos que assim eles estão ajudando a fazer o programa das aulas, dando a eles um sentido de participação ativa» (SECERN, 1963a: 2).

Paulo Freire tinha razão ao se insurgir contra uma certa mitificação do seu método. Ele tinha pavor de reducionismos porque eles estiolam a complexidade da realidade. Nada de dogmas metodológicos. Ele tinha aprendido com a fenomenologia que devemos «ir as coisas», à realidade, ler primeiro o mundo. Seu método deveria ser submetido ao crivo da práxis. Ele é sempre experimental. Mas, como guia da prática, existiam, sim, certas orientações metodológicas que foram utilizadas em Angicos e que podemos dividir, sem separar, em três momentos dialética e interdisciplinarmente entrelaçados:

a) A *investigação temática*, pela qual o alfabetizador e o alfabetizando, juntos, buscam, no universo vocabular do aluno e da sociedade onde ele vive, as palavras e temas centrais de sua biografia. Esta é a primeira etapa da leitura do mundo, em que são levantadas palavras e temas geradores relacionados com a vida cotidiana dos alfabetizados e do grupo social a que eles pertencem. Essas palavras geradoras são selecionadas em função da riqueza silábica, do valor fonético e principalmente em função do significado social para o grupo. A descoberta desse universo vocabular era efetuada através de encontros informais com os moradores do lugar, convivendo com eles, sentido suas preocupações e captando elementos de sua cultura.

¹² Vejam-se os ensaios publicados na Revista *Estudos Universitários* da Universidade do Recife (nº 4, Abril/junho de 1963) sobre o «Sistema Paulo Freire»: «A Fundamentação Teórica do Sistema Paulo Freire (Jarbas Maciel) e «Conscientização e Alfabetização: uma visão prática do Sistema Paulo Freire (Aurenice Cardoso da Costa). Em seu artigo, Jarbas Maciel afirma que a alfabetização «deveria ser – e é – um elo de uma cadeira extensa de etapas, não mais de um método para alfabetizar mas de um sistema de educação integral e fundamental. Vimos surgir, assim, ao lado do *Método Paulo Freire* de Alfabetização de Adultos, o *Sistema Paulo Freire* de Educação, cujas sucessivas etapas – com exceção da atual etapa de alfabetização de adultos – começam já agora a ser formuladas e, algumas delas, aplicadas experimentalmente, desembocando com toda a tranquilidade numa autêntica e coerente Universidade Popular».

¹³ Sônia Couto Souza Feitosa, em sua tese de Mestrado (Feitosa, 1998), enumera uma série de trabalhos sobre o «Método Paulo Freire», a começar pelo de Carlos Rodrigues Brandão, escrito em 1966 na cidade do México, para uma palestra no «Dia da Alfabetização» (reeditado em 1977 nos Cuadernos del CREFAL, no. 3), ao que se seguiu, na mesma cidade, o texto de Jorge Gabriel Rodríguez, escrito em 1969 com o título *Notas para la aplicación del método psico-social de educación de adultos de Paulo Freire*, seguido pelo de Lauro de Oliveira Lima, publicado como apêndice ao seu livro *Tecnología, educación e democracia* (Rio, Civilização Brasileira, 1979), como o sugestivo título: «Método Paulo Freire: processo de aceleração de alfabetização de adultos». O próprio Carlos Rodrigues Brandão, em 1981, retoma seus trabalhos sobre o método e publica, pela coleção «Primeiros Passos» da Brasiliense, *O que é o Método Paulo Freire*. E os trabalhos não param por aí, pelo número de teses e dissertações posteriormente escritas sobre o tema.

b) A **tematização**, pela qual professor e aluno codificavam e decodificavam esses temas; ambos buscam o seu significado social, tomando assim consciência do mundo vivido. Descobriam-se, assim, novos temas geradores, relacionados com os que foram inicialmente levantados. É nesta fase que são elaboradas as «fichas» para a decomposição das famílias fonéticas, dando subsídios para a leitura e a escrita. Paulo sustentava que não existiam analfabetos orais: todos podem descrever o que veem. Por isso as fichas, os desenhos, as figuras representando objetos da natureza e da cultura. O analfabeto pode vê-los e descrevê-los.

c) A **problematização**, na qual eles buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica, científica, partindo para a transformação do contexto vivido. Nestas idas e vindas do concreto para o abstrato e do abstrato para o concreto, volta-se ao concreto problematizando-o. Descubrem-se assim limites e possibilidades existenciais concretas captadas na primeira etapa. Evidencia-se a necessidade de uma ação concreta, cultural, política, social, visando à superação de situações-limite, isto é, de obstáculos ao processo de hominização. A realidade opressiva é experimentada como um processo passível de superação. A educação para a libertação deve desembocar na *práxis transformadora*.

Comentando o «Sistema Paulo Freire», Celso de Rui Beisiegel (2010, p. 64) afirma que «em seu método, o educador inegavelmente conseguiu eliminar aquele caráter de ‘superposição’ do ensino à realidade vivida pelos educandos. O embasamento dos trabalhos na pesquisa dos modos de vida e do ‘universo vocabular’ das localidades, os critérios de seleção das ‘palavras geradoras’ e a orientação do desenvolvimento das atividades, sempre apoiadas naquilo que os participantes podiam afirmar a propósito ‘do que estavam vendo’ na figura projetada, garantiam o relacionamento entre tudo o que ocorria no interior dos ‘círculos de cultura’ e as vivências dos educandos. O método eliminava a rígida separação antes observada na educação de adultos entre a educação escolar e a vida real».

No livro *As quarenta horas: uma experiência vivida*, seu autor, Carlos Lyra (1996), um dos primeiros colaboradores de Paulo Freire, ao descrever o trabalho realizado nos Círculos de Cultura, mostra-nos a beleza da poesia existente quando homens e mulheres, «farrapos do mundo», encontram-se com a leitura da sua realidade e da palavra. Pelo relato de Carlos Lyra somos capazes de imaginar o sorriso estampado nos rostos magros e sulcados pelas rugas criadas sob o sol escaldante, somos capazes de nos iluminar com a alegria e o brilho dos olhos daqueles que se descobrem capazes de ver além das aparências. Eis algumas falas dos alunos ditas durante os debates suscitados pelas palavras geradoras, registradas por Carlos Lyra, e que nos dão a pensar a **educação como cultura**:

A gente constrói a estrada, mas só como poeira; Só a terra não resolve, só se vier com assistência médica, sementes, dinheiro, arame para cercar a terra, o arado etc; Voto e arma para se defender e não para vender; Massa, o que é enrolado. Povo é o que tem consciência do que vai fazer, sabe se dirigir e sabe os candidatos em quem vai votar; Foi muito pouco tempo, mas hoje já sei ler. Não uso mais o dedo, agora escrevo o meu nome. Como é que devo provar? É lendo.

O programa de educação de adultos marcou a história de Angicos e a vida dos que dele participaram. Em 2002, analisando os «efeitos a longo prazo do método de alfabetização» da experiência de Angicos, Nilcéa Lemos Pelandré (2002), após entrevistar alunos que se alfabetizaram em 1963, passados 34 anos, evidenciou que os participantes aprenderam a escrever palavras isoladas e frases simples e curtas e alguns escreviam seguindo regras próprias. A aprendizagem mais significativa foi a elevação da sua auto-estima e a consciência de não se sentirem mais excluídos do mundo letrado. Nesta tese de doutorado em linguística, a autora conclui que o segredo da eficácia de Angicos foi a «promoção humana, professores preparados e motivados e imersão intensiva». Tempo curto, convívio intenso!

Até hoje, o **projeto político-ideológico** do grande educador brasileiro, repercute nas políticas educacionais de milhares de educadores tanto da educação popular não-escolar quanto da educação formal em seus diversos níveis e modalidades. Como nos lembra Carlos Alberto Torres (2012), conceber Angicos simplesmente como uma experiência de alfabetização de 300 trabalhadores rurais, ou como a aplicação de um novo e efetivo método «psicossocial» de alfabetização, não é entender Angicos. Angicos foi a fermentação de um processo de mudança pedagógica mais vasta e mais profunda, além de anunciar também a possibilidade de mudanças políticas e sociais também de ampla cobertura e de profundidades abissais no Brasil e na América Latina. Na turbulência social da época, em que a alfabetização de adultos aparecia como pré-condição para o desenvolvimento social, político e econômico, Angicos foi a voz dos nordestinos clamando por justiça social, por solidariedade, por democracia. Angicos supera Angicos. Angicos foi um projeto de cultura popular que imaginou e concebeu um projeto nacional de educação para a uma sociedade democrática com justiça social.

Considerando o significado histórico da experiência de Paulo Freire em Angicos, em Setembro de 2005, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Angicos na cerimônia de entrega de certificado de alfabetização de três mil alunos do Projeto MOVA-Brasil. O projeto é uma parceria da Petrobras com a Federação Única dos Petroleiros e o Instituto Paulo Freire.

Angicos não pode ser celebrado como algo do passado, mas como uma referência histórica neste momento em que a sociedade brasileira está buscando, por meio da Conferência Nacional de Educação (Conae), a construção de um Sistema Nacional de Educação. Angicos aponta para a defesa da educação pública

de excelência, no contexto de um estado democrático. Angicos não deve apenas ser celebrado. Deve ser retomado, **retomar o projeto freiriano** que representa muito mais do que um projeto de alfabetização de adultos. Angicos representa sobretudo um **projeto de nação**, um projeto de nação alfabetizada. Trata-se da retomada de uma filosofia e de uma política.

Dia 6 de novembro de 2012, o Ministro da Educação Aloizio Mercadante cria a Comissão Organizadora do programa de comemorações «Paulo Freire – 50 anos de Angicos» para celebrar esse memorável experimento que deu origem ao Programa Nacional de Alfabetização. A Comissão estabeleceu como objetivo das **celebrações** «avançar nas políticas e ações de alfabetização, por meio do resgate do *ethos freiriano* da educação de adultos. As ações devem transcender o caráter meramente comemorativo, ganhando conteúdo pedagógico para dar continuidade ao *ethos freireano* na educação brasileira». Entre as propostas e sugestões da Comissão para celebrar os 50 anos de Angicos estão a **redefinição da política nacional de educação de jovens e de adultos** entendendo que a melhor homenagem que poderíamos prestar a Paulo Freire, na passagem dos 50 anos de Angicos, sintetiza-se num esforço nacional pela universalização da alfabetização no Brasil e a criação de um **Pacto pela Alfabetização de Jovens e Adultos**.

Melhor homenagem a Paulo Freire: eliminar o analfabetismo

Como nos lembrou Carlos Alberto Torres (2012), em sua proposta de celebração dos 50 anos de Angicos, Angicos representa um convite a um novo **pacto social**, em que a educação, exercida de comum acordo com os movimentos sociais e a sociedade civil, torna o Estado um instrumento de transformação social, um instrumento de gestão do desenvolvimento, um instrumento de luta contra a opressão, um instrumento de libertação e, não, simplesmente, de regulação e de «governança» da ação social, como querem os neoliberais.

Neste sentido é que a Comissão criada pelo Ministro Mercadante para celebrar os 50 anos da experiência de Angicos sugeriu um «Pacto Nacional pela Alfabetização de Jovens e Adultos». As celebrações dos 50 anos de Angicos e do Programa Nacional de Alfabetização de Paulo Freire não podem ficar só em homenagens, seminários e publicações. Celebrar é manter viva a luta e anunciar conquistas. O contexto é propício ao anúncio de avanços significativos no campo da alfabetização de adultos. Uma homenagem à altura dos 50 anos de Angicos, que podemos prestar a Paulo Freire, é eliminar o analfabetismo no Brasil já.

O Ministro Mercadante, com o apoio direto da Presidenta Dilma, criou um «Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa» - envolvendo Estados, Municípios e União - um pacto pela infância que inclui também a construção de numerosas creches. Complementar a esta importante iniciativa, poderia ser o «Pacto pela alfabetização de jovens e adultos» (ALFABETIZAÇÃO JÁ), o qual poderá

mobilizar União, Estados e Municípios, por meio do Ministério da Educação e, com o apoio da Secretaria Geral da Presidência da República, mobilizar também a sociedade civil, os movimentos sociais, as ONGs, estabelecendo parcerias com as organizações não governamentais que têm programas de alfabetização de jovens e adultos, num esforço conjunto para o fim do analfabetismo da vida de milhões de jovens e adultos brasileiros, como compromisso de um governo democrático e popular. Esta poderá ser uma marca fundamental de um «Brasil sem miséria», pois é sabido que o analfabetismo é fator e produto da miséria de um povo.

Não se trata de repetir o Programa Nacional de Alfabetização da década de 60, mas de reinventá-lo no século XXI, utilizando todos os avanços das redes sociais e das novas tecnologias da informação. Não é o caso de voltar às campanhas do passado, que não alcançaram os objetivos previstos por serem programas emergenciais e fragmentados. Trata-se de promover uma ação política articulada entre os três entes federados e a sociedade civil, com novos arranjos e com compromissos claramente definidos. Como dizia Paulo Freire, o Estado sozinho não conseguirá superar o nosso atraso no campo da alfabetização de adultos sem a participação da sociedade. Espera-se, com esse pacto, promover uma ação alfabetizadora nacional de adultos como etapa inicial de um processo formativo continuado, fortalecendo a articulação com os programas já existentes («Brasil sem Miséria», «Brasil Alfabetizado») e constituindo equipes de mobilização para a superação do analfabetismo já, sem estabelecer um prazo como se fez no passado.

Em 2009, a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça anistiou Paulo Freire com um «pedido de desculpas oficiais pelos erros cometidos pelo Estado». Em 2012, a presidenta Dilma Roussef declarou Paulo Freire «patrono da educação brasileira». Está tramitando no Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação que prevê, em sua meta 9 «erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto». O Pacto Nacional pela Alfabetização de Jovens e Adultos se constitui numa estratégia concreta para cumprir essa meta e não ficarmos novamente frustrados com metas não cumpridas.

Nossa história recente nos ensina lições que não podem ser esquecidas: primeiro, a Constituição de 1988, que previa, em suas disposições transitórias, o fim do analfabetismo em 10 anos, meta não alcançada. Em 2003, o MEC se propôs a «abolir» o analfabetismo em 4 anos, criando a Secretaria Nacional de Erradicação do Analfabetismo (hoje SECADI) e o programa «Brasil Alfabetizado». Os 50 anos do Programa Nacional de Alfabetização de Paulo Freire oferecem uma nova oportunidade para os analfabetos brasileiros que são hoje aproximadamente tantos quantos havia no país no dia em que ele deixou o Brasil, em 1964, seguindo para o exílio. Os esforços, articulações e cuidados deverão ser proporcionais ao tamanho da ousadia. Mas a causa tem força mobilizadora e podemos, juntos, chegar lá!

O governo e a sociedade brasileira já vêm trabalhando na construção da «Agenda Territorial» que identifica o número e o local onde se encontram os analfabetos. Hoje sabemos onde eles se encontram. Falta um esforço coletivo de mobilização, incluindo também a mídia, agregando forças, articulando programas diversos e dispersos, criando novos, formando alfabetizadores, repensando, em regime de colaboração, a corresponsabilidade em relação a esse desafio, que não é maior do que o tamanho do Brasil que queremos construir: sem entraves ao nosso desenvolvimento nacional, com justiça e sustentabilidade.

Precisamos trabalhar cada vez mais na articulação dos sistemas de ensino por meio de uma política de colaboração e corresponsabilização diante do nosso grande atraso educacional. Eliminar o analfabetismo no Brasil exigirá grande capilaridade dessa política colaborativa. Pouco adiantará termos mais recursos para a educação como prevê o PNE sem a construção de estratégias novas de superação da atual fragmentação dos sistemas de ensino. O desperdício de recursos continuará.

2013 será um ano de intensa mobilização municipal e estadual pela educação, preparando a II Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014, que novamente se concentrará no principal entrave da educação nacional que é a falta de um sistema nacional articulado, colaborativo e emancipador. Todas as circunstâncias hoje conspiram em favor de um Pacto Nacional pelo fim do analfabetismo no Brasil. Como diria Paulo Freire: «é necessário, é urgente e é possível». Não podemos ficar indiferentes a esta nova oportunidade histórica!

Educar para um país sem miséria

Vivemos hoje um momento novo e virtuoso na educação brasileira, com grandes realizações no acesso à Educação Infantil e ao Ensino Superior, na expansão do Ensino Técnico, na política de educação inclusiva e na melhoria da educação básica em busca de sua universalização. Angicos nos inspira a continuar nesse processo, ampliando a luta pelo fim do analfabetismo de milhões de jovens e adultos brasileiros, como compromisso de um governo democrático e popular. Esta poderá ser uma marca fundamental de um «Brasil sem miséria», pois é sabido que o analfabetismo é fator e produto da miséria de um povo.

Assim como estamos fazendo uma «busca ativa» pela miséria invisível, que esconde a pobreza extrema – e que não se encontra no «cadastro único» - devemos prosseguir numa busca ativa por todos os analfabetos brasileiros e universalizar a alfabetização e a educação de jovens e adultos. O analfabetismo deve ser considerado como «pobreza extrema». É verdade, o analfabetismo não é uma «chaga», uma «erva daninha», mas sem acesso à cultura letrada um indivíduo terá muito mais dificuldades hoje para exercer seus direitos de cidadania. Educar para um país sem miséria é educar sobretudo os que mais necessitam da educação,

aqueles e aquelas que tiveram seu direito à educação duplamente negado: primeiro quando não puderam, como crianças, frequentar a escola e, depois, como adultos, quando lhes foi negado, mais uma vez, o acesso à escola, à educação.

O analfabetismo adulto é um grande muro que separa os que sabem ler dos que não sabem. Trata-se de um verdadeiro *apartheid social* que ainda persiste entre nós. E não se trata só do analfabetismo em relação às letras, mas também de um analfabetismo político.

O analfabetos tem urgência. «Quem tem fome tem pressa», dizia Betinho. Os analfabetos não podem esperar. Com isso não se quer dizer que devemos fazer as coisas apressadamente, de qualquer jeito, precisamos de qualidade. Mas precisamos urgentemente de uma **política nacional** de EJA que o país ainda está devendo, uma política de estado e não apenas programas transitórios e conjunturais de governo. É ridículo querer alcançar o desenvolvimento educacional dos países da OCDE sem enfrentar o desafio do analfabetismo brasileiro. Naqueles países o analfabetismo adulto é residual (em torno de 1%). Aqui o analfabetismo é estrutural (em torno de 10%). No Brasil, neste momento, o que precisamos é de uma **política afirmativa** em defesa da EJA (como foi feito com a política de cotas nas universidades), envolvendo a sociedade num grande pacto pela alfabetização de adultos. Deve ser uma «ação afirmativa».

Por que o número de analfabetos é hoje aproximadamente o mesmo de quando Paulo Freire realizou essa notável experiência, há 50 anos? Por vários motivos, mas eu gostaria de destacar dois: de um lado porque a escola ainda não está dando conta (muitos saem da escola analfabetos) e, de outro, porque ela escola não recebe os alunos jovens e adultos que conseguem se alfabetizar e eles acabam regredindo ao analfabetismo. Há uma **continuidade trágica** na história do analfabetismo no Brasil: muitas famílias que eram analfabetas há 50 anos continuam analfabetas hoje. Analfabetismo produz analfabetismo. Muitos descendentes de analfabetos de ontem continuam analfabetos hoje.

Há ainda um grande **equivoco metodológico** em muitos programas de EJA e que afugenta muitos adultos interessados em se alfabetizar: trata-se de um currículo que não interessa ao analfabeto adulto. Paulo Freire, há 50 anos já alertava para esse equivoco dizendo que era humilhante para o analfabeto ter o mesmo currículo, os mesmos conteúdos e a mesma metodologia que era utilizada na educação de crianças. E hoje isso é ainda muito mais grave: com o desenvolvimento das novas linguagens e novas tecnologias (celular, computador, TV, vídeos, as diversas mídias...) há uma nova cultura popular de uso intensivo da comunicação. Os alunos sentem-se desconfortáveis com um currículo centrado no domínio da cultura letrada, não levando em consideração o quanto as novas tecnologias da comunicação são necessárias não só na vida diária (pagar uma conta, usar um caixa eletrônico...) mas também no trabalho e no exercício da cidadania.

A semente que Paulo Freire plantou em Angicos pode ter germinado mas ainda não se transformou numa grande árvore. A causa de Paulo Freire precisa ser completada por nós todos e todas. Ela só será completada quando o Brasil estiver livre do analfabetismo. Mais de 36 milhões de brasileiros já superaram a pobreza nos últimos dez anos. Foi dada prioridade à crianças e jovens considerados como o futuro do Brasil. Mas, para que essas crianças e jovens tenham realmente um futuro, precisam do apoio da família, da educação dos seus pais e familiares, precisam da EJA. As crianças e jovens não vão sair da miséria sozinhos. Precisam dos adultos. É a família como um todo que precisa sair da miséria e a miséria está associada ao analfabetismo. É irmã gêmea do analfabetismo. Por isso não podemos e nem devemos separar a educação de crianças e jovens da educação de adultos. Seria um grave equívoco, comprometendo a construção do país que queremos, justo, produtivo e sustentável.

Referências bibliográficas

- Araújo Freire, A. M. (2006). *Paulo Freire: uma história de vida*. Indaiatuba: Villa das Letras.
- Beisiegel, C. de Rui (1974). *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira.
- Beisiegel, C. de Rui (1982). *Política e educação popular; a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática (Coleção Ensaios, 85).
- Beisiegel, C. de Rui (2010). *Paulo Freire*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.
- Brandão, C. R. (org.) (2001). *De Angicos a Ausentes: 40 anos de educação popular*. Porto Alegre: MOVA /RS; CORAG.
- Brandão, C. R., (1981). *O que é o Método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense.
- Fávero, O. (1982). *Educação popular e cultura popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal.
- Fernandes, C. e Terra, A. (1994). *40 horas de Esperança: o método Paulo Freire, política e pedagogia na experiência de Angicos*. São Paulo: Ática.
- Ferreira, J. (2011). *João Goulart, uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Freire, P. (1963). *Discurso do Professor Paulo Freire, em Angicos, ao encerramento do Curso de Alfabetização de Adultos*. Angicos, RN, 2 de Abril de 1963. (mimeo). 8 p. (Biblioteca IPF/SP).
- Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes.
- Freire, P. (1991). *Educação na cidade*. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (s/f) *Repercussão de seus primeiros trabalhos – 1962-1963*. São Paulo: IPF (Série «Textos Escolhidos», vol. 33, organizados pelos Instituto Paulo Freire).
- Freire, P. e Guimarães, S. (1987). *Aprendendo com a própria história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P., (1963). *Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo*. Brasília: MEC (Comissão Nacional de Cultura Popular), mimeo, 15 p.

- Gadotti, M. (org.) (1996). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire.
- Gadotti, M. e Abrão, P. (orgs.) (2012). *Paulo Freire anistiado político brasileiro*. São Paulo: Instituto Paulo Freire/Comissão da Anistia, Ministério da Justiça.
- Gerhardt, H. P. (1982). Angicos – Rio Grande do Norte – 1962/63. In: Revista *Educação & Sociedade*, Ano 4, nº 14, maio de 1983. São Paulo: Cortez/Unicamp (pesquisa realizada pelo autor em 1976).
- Kirkendall, A. J. (2010). *Paulo Freire and the Cold War Politics of Literacy*. North Carolina: Green Press Initiative.
- Lima, L. de O. (1965). «Método Paulo Freire, processo de aceleração da alfabetização de Adultos». In: *Tecnologia Educação e Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 175-202.
- Lyra, C. (1996). *As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação*. São Paulo: Cortez.
- Manfredi, S. M. (1981). *Política e educação popular: experiências de alfabetização no Brasil com o Método Paulo Freire – 1960/1964*. São Paulo: Cortez.
- Método Paulo Freire (1963): manual do monitor. Angicos, RN, s. ed., 12 p.
- Paiva, V. (2003). *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola (6ª edição revista e ampliada).
- Pelandré, N. L. (2002). *Ensinar e aprender com Paulo Freire: 40 horas 40 anos depois*. São Paulo: Corte/Instituto Paulo Freire (Biblioteca freiriana, v. 2).
- Rodrigues, J. G. (1969). *Notas para la aplicación del método psico-social de educación de adultos de Paulo Freire*. Cidade do México (mimeo).
- Romão, J. E. (2001). Paulo Freire e o pacto populista (contextualização). In: Paulo Freire, 2001, *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, pp. XIII-XLVIII).
- Rosas, P. (org.) (2002). *Paulo Freire: educação e transformação social*. Recife: Centro Paulo Freire/UFPE.
- Scocuglia, A. C. (2001). *Educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. São Paulo: Cortez.
- Secern, (1963). *A experiência de Angicos*. Natal: SECERN.
- Secern, (1963^a). *Angicos I: a experiência de Angicos*. Natal: SECERN.
- Soares, L. e Fávero, O. (orgs.) (2009). *I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*. Brasília: Unesco/MEC.
- Souza Feitosa, S. C. (1998). *Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação*. São Paulo; FEUSP (Dissertação de Mestrado).
- Torres, C. A. (1975). *Lectura crítica de Paulo Freire: ontología de ensayos Latino-americanos sobre la pedagogía de Paulo Freire*. Buenos Aires: Tierra Nueva.
- Torres, C. A. (2012). *50 Anos de Angicos: proposta da Secretaria de Educação de RGN em parceria com os Institutos Paulo Freire de Los Angeles e de São Paulo*. São Paulo: IPF, Mimeo.